

XVI LEGISLATURA – 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

(26-03-2024 a 14-09-2025)

DAR — II SÉRIE-A — N.º 1 (2024.03.26)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1 a 23/XVI/1.ª):

N.º 1/XVI/1.ª (PCP) — Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva.

N.º 2/XVI/1.ª (PCP) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 3/XVI/1.ª (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde.

N.º 4/XVI/1.ª (PCP) — Aprova o regime especial de proteção da habitação arrendada.

N.º 5/XVI/1.ª (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação.

N.º 6/XVI/1.ª (PCP) — Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores.

N.º 7/XVI/1.ª (PCP) — Atribui um suplemento de missão aos profissionais das forças e serviços de segurança.

N.º 8/XVI/1.ª (PAN) — Densifica e alarga a tutela criminal dos animais, alterando o Código Penal.

N.º 9/XVI/1.ª (PAN) — Reduz o número de círculos eleitorais no âmbito das eleições para a Assembleia da República por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de «votos desperdiçados», alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República.

N.º 10/XVI/1.ª (BE) — Cria o círculo de compensação do território nacional na eleição para a Assembleia da República (alteração à Lei 14/79, de 16 de maio).

N.º 11/XVI/1.ª (CH) — Regula a atribuição do suplemento de risco à Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Corpo da Guarda Prisional, Polícia Marítima e militares das Forças Armadas.

N.º 12/XVI/1.ª (BE) — Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais).

N.º 13/XVI/1.ª (BE) — Recuperação integral do tempo de serviço cumprido, em defesa da escola pública.

N.º 14/XVI/1.ª (BE) — Medidas urgentes para captar, fixar e valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, garantindo assim o acesso à saúde a toda a população.

N.º 15/XVI/1.ª (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e gás engarrafado ou canalizado para consumo.

N.º 16/XVI/1.ª (BE) — Reduz o IVA sobre as telecomunicações.

N.º 17/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime do complemento solidário para idosos para garantir que em cada ano o seu valor mínimo corresponde ao valor do risco do limiar de pobreza.

N.º 18/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime do complemento solidário para idosos para garantir o seu pagamento por referência a 14 meses.

N.º 19/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime do complemento solidário para idosos, fazendo depender a sua atribuição da situação de pobreza do idoso e não do rendimento dos filhos.

N.º 20/XVI/1.ª (L) — Revê a lei eleitoral consagrando um círculo nacional de compensação nas eleições para a Assembleia da República.

N.º 21/XVI/1.ª (IL) — Reversão de medidas lesivas para a habitação aprovadas no âmbito do pacote «Mais Habitação».

N.º 22/XVI/1.ª (IL) — Reversão das alterações desproporcionais e persecutórias ao regime do alojamento local no âmbito do pacote «Mais Habitação».

N.º 23/XVI/1.ª (IL) — Revogação do direito de preferência do Estado em transações particulares de imóveis de habitação.

Projetos de Resolução (n.ºs 1 a 17/XVI/1.ª):

N.º 1/XVI/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L, CDS-PP) — Constituição de uma comissão eventual de verificação de poderes dos Deputados eleitos.

N.º 2/XVI/1.ª (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional.

N.º 3/XVI/1.ª (PCP) — Aumento das reformas e pensões no ano de 2024.

N.º 4/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina.

N.º 5/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência.

N.º 6/XVI/1.ª (PAN) — Pela criação de gabinetes de atendimento à vítima de violência doméstica nos DIAP em todas as comarcas judiciais no território nacional.

N.º 7/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina.

N.º 8/XVI/1.ª (BE) — Aumento do salário mínimo nacional e dos salários da Administração Pública.

N.º 9/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a equiparação do subsídio de risco da PSP e GNR ao da Polícia Judiciária, a revisão das respetivas carreiras e tabelas remuneratórias e abertura de novos concursos de ingresso na PSP e GNR.

N.º 10/XVI/1.ª (BE) — Revisão das carreiras técnicas e criação da carreira única de técnico/o de reinserção, no âmbito da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

N.º 11/XVI/1.ª (BE) — Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, valorização da respetiva carreira e abertura de procedimentos de recrutamento.

N.º 12/XVI/1.ª (BE) — Pelo reforço salarial da carreira geral de técnico superior.

N.º 13/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que utilize o excedente orçamental para erradicar a pobreza.

N.º 14/XVI/1.ª (IL) — Regresso ao modelo e gestão em PPP nos Hospitais de Braga, Loures e Vila Franca de Xira.

N.º 15/XVI/1.ª (IL) — Pela suspensão dos acordos de extradição com a República Popular da China e com Hong Kong, como já recomendado pelo Parlamento Europeu.

N.º 16/XVI/1.ª (IL) — Médico de família para todos.

N.º 17/XVI/1.ª (IL) — Modelo de gestão dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 2 (2024.03.27)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 24 a 39/XVI/1.ª):

N.º 24/XVI/1.ª (IL) — Altera o Código do Imposto sobre Veículos, eliminando a atual discriminação fiscal de veículos usados provenientes da União Europeia.

N.º 25/XVI/1.ª (IL) — Aumentar a isenção facultativa de IVA e prestações adicionais da Segurança Social e retirar penalização aos profissionais liberais em períodos sem atividade.

N.º 26/XVI/1.ª (IL) — Baixa a tributação autónoma de IRS das rendas e facilita as situações de mudança de habitação, descontando o valor de rendas pagas ao valor de rendas recebidas para efeitos de cálculo de IRS.

N.º 27/XVI/1.ª (IL) — Elimina a contraordenação por não deter três exemplares para a documentação dos transportes de mercadoria.

N.º 28/XVI/1.ª (IL) — Elimina a obrigação de pagamento para cumprir a obrigação de preenchimento anual da IES.

N.º 29/XVI/1.ª (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho.

N.º 30/XVI/1.ª (IL) — Eliminação da obrigatoriedade do pagamento de folhas virtuais do livro de reclamações.

N.º 31/XVI/1.ª (IL) — Extingue a exigência da comunicação prévia ao IPDJ de campos de férias (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de

exercício da atividade de organização de campos de férias).

N.º 32/XVI/1.ª (IL) — Facilita o acesso às cadernetas prediais do património imobiliário do Estado.

N.º 33/XVI/1.ª (IL) — Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de stocks (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho).

N.º 34/XVI/1.ª (IL) — Não discriminar os trabalhadores independentes face aos dependentes, na consideração dos rendimentos dos jovens estudantes-trabalhadores.

N.º 35/XVI/1.ª (IL) — Reduz as barreiras de transações de habitação própria e permanente, eliminando o imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis (IMT) para habitação própria e permanente e o imposto do selo sobre todas as operações imobiliárias.

N.º 36/XVI/1.ª (IL) — Reduz o custo da construção de habitações através da diminuição do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) relativo à construção, beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis.

N.º 37/XVI/1.ª (IL) — Simplifica a obtenção de declaração de situação tributária regularizada (alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro).

N.º 38/XVI/1.ª (IL) — Simplifica, alargando o prazo de validade do passaporte comum para maiores de 18 anos e acabando com a obrigatoriedade de devolução do passaporte anterior.

N.º 39/XVI/1.ª (IL) — Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

Projeto de Resolução n.º 18/XVI/1.ª (PAN):

Apela à Assembleia Nacional da República da Gâmbia que mantenha em vigor a proibição da mutilação genital feminina.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 3 (2024.04.02)

SUMÁRIO

Resoluções: (a)

— Constituição de uma comissão eventual de verificação de poderes dos Deputados eleitos.

— Eleição dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República em representação dos grupos parlamentares.

Projetos de Lei (n.ºs 9, 11 e 40/XVI/1.ª):

N.º 9/XVI/1.ª (PAN) — Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de «votos desperdiçados», alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República:

— Alteração do título inicial do projeto de lei. (*)

N.º 11/XVI/1.ª (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão, criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, às forças de segurança, aos militares das Forças Armadas e a outros trabalhadores que exerçam funções de autoridade ou de polícia criminal:

— Alteração do título e texto iniciais do projeto de lei. (**)

N.º 40/XVI/1.ª (IL) — Introduce um círculo de compensação nacional nas eleições legislativas.

(a) Publicadas em Suplemento.

(*) O título inicial da iniciativa foi publicado no [DAR II Série-A n.º 1 \(2024.03.26\)](#) e substituído, a pedido do autor, em 2 de abril de 2024.

(**) O título e o texto iniciais da iniciativa foram publicados no [DAR II Série-A n.º 1 \(2024.03.26\)](#) e substituídos, a pedido do autor, a 1 de abril de 2024.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 3 — Suplemento (2024.04.02)

SUMÁRIO

Resoluções:

- *Constituição de uma comissão eventual de verificação de poderes dos Deputados eleitos.*
 - *Eleição dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República em representação dos grupos parlamentares.*
-

DAR — II SÉRIE-A — N.º 4 (2024.04.03)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 14 a 16/XVI/1.ª):

N.º 14/XVI/1.ª (Medidas urgentes para captar, fixar e valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, garantindo assim o acesso à saúde a toda a população):

- *Alteração do texto inicial do projeto de lei.*

N.º 15/XVI/1.ª (Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e gás engarrafado ou canalizado para consumo):

- *Alteração do texto inicial do projeto de lei.*

N.º 16/XVI/1.ª (Reduz o IVA sobre as telecomunicações):

- *Alteração do texto inicial do projeto de lei.*

Projeto de Resolução n.º 19/XVI/1.ª (PAN):

Recomenda ao Governo a reversão da alteração ao artigo 4.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, operada pelo Despacho n.º 7647/2023.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 5 (2024.04.04)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 11/XVI/1.ª (Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, às forças de segurança, aos militares das Forças Armadas e a outros trabalhadores que exerçam funções de autoridade ou de polícia criminal):

- *Segunda alteração do texto inicial do projeto de lei. (*)*

Projeto de Resolução n.º 20/XVI/1.ª (PAN):

Pela preservação e salvaguarda da Quinta dos Ingleses e pela criação de um mecanismo destinado a apoiar os municípios na aquisição e preservação de espaços verdes de elevado valor ambiental e natural.

(*) O título e o texto iniciais da iniciativa foram publicados no [DAR II Série-A n.º 1 \(2024.03.26\)](#) e substituídos, a pedido do autor, o título e o texto em 1 de abril de 2024 [[DAR II Série-A n.º 3 \(2024.04.02\)](#)] e o texto em 4 de abril de 2024.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 41 e 42/XVI/1.ª):

N.º 41/XVI/1.ª (PAN) — Adota medidas de proteção dos beneficiários do apoio extraordinário à renda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março.

N.º 42/XVI/1.ª (PAN) — Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho.

Projetos de Resolução (n.ºs 21 a 25/XVI/1.ª):

N.º 21/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde:

— Texto do projeto de resolução e mensagem do Presidente da República.

N.º 22/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que as provas nacionais deste ano letivo se realizem em papel.

N.º 23/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que dê a preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar.

N.º 24/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta que a remuneração base dos bombeiros profissionais nunca é inferior à remuneração mínima mensal garantida e a existência de um sistema de avaliação específico para estes profissionais.

N.º 25/XVI/1.ª (BE) — Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 43 a 45/XVI/1.ª):

N.º 43/XVI/1.ª (PCP) — Combate as «portas giratórias» entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos (quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho).

N.º 44/XVI/1.ª (PCP) — Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem para resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal.

N.º 45/XVI/1.ª (BE) — Garante o apoio extraordinário à renda, alterando o Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março.

Projetos de Resolução (n.ºs 26 e 27/XVI/1.ª):

N.º 26/XVI/1.ª (BE) — Recomenda a defesa do património ambiental e a classificação da Quinta dos Ingleses (Cascais) como «paisagem protegida».

N.º 27/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a revogação das normas do Despacho n.º 1668/2023, de 2 de fevereiro, que excluem as e os portugueses no estrangeiro da lista de médico de família e do acesso a uma equipa de saúde familiar.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 8 (2024.04.10)

SUMÁRIO

Programa do XXIV Governo Constitucional: (a)

Texto do Programa.

Moção de Rejeição n.º 1/XVI/1.ª (PCP):

Do Programa do XXIV Governo Constitucional.

Projetos de Lei (n.ºs 46 e 47/XVI/1.ª):

N.º 46/XVI/1.ª (IL) — Pela liberdade de escolha da creche.

N.º 47/XVI/1.ª (PCP) — Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais.

a) Publicado em Suplemento.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 8 — Suplemento (2024.04.10)

SUMÁRIO

Programa do XXIV Governo Constitucional:

Texto do Programa.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 9 (2024.04.12)

SUMÁRIO

Moção de Rejeição n.º 2/XVI/1.ª (BE):

Do Programa do XXIV Governo Constitucional.

Deliberação n.º 3-PL/2024: (a)

Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Projetos de Lei (n.ºs 46 e 48 a 50/XVI/1.ª):

N.º 46/XVI/1.ª (Pela liberdade de escolha da creche):

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. ()*

N.º 48/XVI/1.ª (PAN) — Garante a atribuição de um suplemento de missão aos profissionais da PSP, da GNR, do SEPNA, do Corpo da Guarda Prisional, da Polícia Marítima e da ASAE, alterando diversos diplomas.

N.º 49/XVI/1.ª (BE) — Regime de comparticipação para nutrição entérica.

N.º 50/XVI/1.ª (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde.

Projetos de Resolução (n.ºs 28 a 33/XVI/1.ª):

N.º 28/XVI/1.ª (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com doença de Crohn.

N.º 29/XVI/1.ª (BE) — Recomenda uma localização alternativa para a nova estação do metro «Campo de Ourique» que preserve o Jardim da Parada.

N.º 30/XVI/1.ª (BE) — Recomenda a substituição progressiva e total de voos domésticos em Portugal

continental e a criação de alternativa de ligação ferroviária.

N.º 31/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça:

— Texto do projeto de resolução e mensagem do Presidente da República.

N.º 32/XVI/1.ª (BE) — Revisão e valorização das condições remuneratórias e das carreiras das Forças Armadas.

N.º 33/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn.

Projeto de Deliberação n.º 1/XVI/1.ª (PAR):

Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

(a) Publicada em Suplemento.

(*) O texto da iniciativa foi publicado no [DAR II SÉRIE-A n.º 8](#) (2024.04.10) e substituído, a pedido do autor, a 12 de abril de 2024.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 9 — Suplemento (2024.04.12)

SUMÁRIO

Deliberação n.º 3-PL/2024:

Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 10 (2024.04.15)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 51 a 60/XVI/1.ª):

N.º 51/XVI/1.ª (PAN) — Aprova um programa de emergência fiscal, que garante uma atualização intercalar dos escalões de IRS, o alargamento do regime do IRS Jovem e a reposição do regime de IVA Zero nos produtos alimentares do cabaz essencial.

N.º 52/XVI/1.ª (PAN) — Garante o acesso dos trabalhadores-estudantes ao abono de família, a bolsas de ensino superior e a pensões de sobrevivência e a um regime especial de isenção contributiva, alterando o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

N.º 53/XVI/1.ª (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos produtos alimentares destinados a animais de companhia, alterando o Código do IVA.

N.º 54/XVI/1.ª (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários, alterando o Código do IVA.

N.º 55/XVI/1.ª (PAN) — Cria um regime especial de comparticipação do Estado no preço dos alimentos para fins medicinais específicos destinados às pessoas que apresentem risco nutricional associado à doença.

N.º 56/XVI/1.ª (PAN) — Aprova um regime excecional de avaliação do desempenho dos profissionais das carreiras de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde para o biénio de 2025-2026, em reconhecimento do esforço empreendido no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

N.º 57/XVI/1.ª (PAN) — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça, valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao País e premiar o esforço dado no âmbito da crise sanitária provocada pela COVID-19, alterando diversos diplomas.

N.º 58/XVI/1.ª (PCP) — Valorização profissional e remuneratória dos enfermeiros no SNS.

N.º 59/XVI/1.ª (L) — Estabelece o regime excecional de comparticipação do Estado no preço da nutrição entérica e define que a dispensa destas terapêuticas é feita pelas farmácias comunitárias.

N.º 60/XVI/1.ª (L) — Elimina as posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros, alterando pela

segunda vez o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio.

Projetos de Resolução (n.ºs 34 a 42/XVI/1.ª):

N.º 34/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que atribua o complemento de residência a todos os estudantes provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS.

N.º 35/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias à valorização estatutária e remuneratória da carreira especial de enfermagem.

N.º 36/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a participação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn.

N.º 37/XVI/1.ª (BE) — Acesso a Nutrição Entérica.

N.º 38/XVI/1.ª (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde.

N.º 39/XVI/1.ª (L) — Recomenda a contagem de pontos e reposição da paridade entre a carreira de enfermagem e a carreira técnica superior da Administração Pública.

N.º 40/XVI/1.ª (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn.

N.º 41/XVI/1.ª (CH) — Recomenda que o Estado português não adira ao tratado pandémico.

N.º 42/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 11 (2024.04.16)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 61/XVI/1.ª (BE):

Revoga a possibilidade de o financiamento da tarifa social da eletricidade poder vir a ser pago pelos consumidores (revoga o Decreto-Lei n.º 104/2023, de 17 de novembro, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, alterado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional).

Projetos de Resolução (n.ºs 43 a 45/XVI/1.ª):

N.º 43/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que operacionalize a isenção de IVA nas transmissões de todos os produtos, secos ou húmidos, destinados à alimentação de animais de companhia quando acolhidos por associações de proteção animal legalmente constituídas, prevista na Lei n.º 10-A/2022, de 28 de abril, na redação dada pela Lei n.º 81/2023, de 28 de dezembro.

N.º 44/XVI/1.ª (PAN) — Pelo rápido lançamento dos apoios na área do bem-estar e proteção animal previstos no Orçamento do Estado para 2024 e pela criação de gabinetes de apoio às candidaturas destinados às associações zoófilas.

N.º 45/XVI/1.ª (BE) — Transparência nas opções de política económica e rejeição do Programa de Estabilidade 2024-2028.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 12 (2024.04.17)

SUMÁRIO

Resolução: (a)

Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

Projeto de Lei n.º 62/XVI/1.ª (PCP):

Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes.

Projetos de Resolução (n.ºs 46 e 47/XVI/1.ª):

N.º 46/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167 protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros.

N.º 47/XVI/1.ª (PCP) — Pela valorização remuneratória e social dos militares das Forças Armadas.

Projeto de Deliberação n.º 2/XVI/1.ª (PAR):

Concessão de processo de urgência.

(a) Publicada em Suplemento.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 12 — Suplemento (2024.04.17)

SUMÁRIO

Resolução:

Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 13 (2024.04.18)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 48, 62 e 63/XVI/1.ª):

N.º 48/XVI/1.ª (Garante a atribuição de um suplemento de missão aos profissionais da PSP, da GNR, do SEPNA, do Corpo da Guarda Prisional, da Polícia Marítima e da ASAE, alterando diversos diplomas):

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. (*)

N.º 62/XVI/1.ª (Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes):

— Alteração do texto inicial do projeto de lei. (**)

N.º 63/XVI/1.ª (PCP) — Suspende a atribuição de licenças de TVDE até à conclusão do processo de avaliação e revisão do regime legal vigente.

Projetos de Resolução (n.ºs 35 e 48 a 50/XVI/1.ª):

N.º 35/XVI/1.ª (Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias à valorização estatutária e remuneratória da carreira especial de enfermagem):

— Alteração do texto inicial do projeto de resolução.

N.º 48/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que reflita no Programa de Estabilidade as previsões macroeconómicas que anunciou na campanha eleitoral.

N.º 49/XVI/1.ª (PAN) — Pela inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e dos princípios de orçamentação verde da Lei de Bases do Clima no Programa de Estabilidade 2024-2028.

N.º 50/XVI/1.ª (PAN) — Pela transparência da execução orçamental e garantia de envolvimento da Assembleia da República na aplicação de receita fiscal extraordinária face à prevista no Programa de Estabilidade 2024-2028.

(*) O texto da iniciativa foi publicado no [DAR II Série-A n.º 9](#) (2024.04.12) e substituído, a pedido do autor, em 18 de abril de 2024.

(**) O texto da iniciativa foi publicado no [DAR II Série-A n.º 12](#) (2024.04.17) e substituído, a pedido do autor, em 18 de abril de 2024.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 14 (2024.04.19)

SUMÁRIO

Deliberação n.º 4-PL/2024: (a)

Concessão de processo de urgência.

Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.ª (GOV):

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Projetos de Resolução (n.ºs 13, 33 e 51/XVI/1.ª):

N.º 13/XVI/1.ª — Recomenda ao Governo que contemple, no Programa de Estabilidade, critérios objetivos e previsíveis para a utilização da folga orçamental, sob a forma de um compromisso para a equidade e investimento:

— Alteração do título e texto iniciais do projeto de resolução. (*)

N.º 33/XVI/1.ª (Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn):

— Alteração do texto inicial do projeto de resolução. (**)

N.º 51/XVI/1.ª (PCP) — Rejeita o Programa de Estabilidade e a política de direita, responder às necessidades do povo e do País.

(a) Publicada em Suplemento.

(*) O título e o texto iniciais da iniciativa foram publicados no [DAR II Série-A n.º 1](#) (2024.03.26) e substituídos, a pedido do autor, em 19 de abril de 2024.

(**) O texto da iniciativa foi publicado no [DAR II Série-A n.º 9](#) (2024.04.12) e substituído, a pedido do autor, em 19 de abril de 2024.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 14 — Suplemento (2024.04.19)

SUMÁRIO

Deliberação n.º 4-PL/2024:

Concessão de processo de urgência.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 15 (2024.04.22)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 64 a 72/XVI/1.ª):

N.º 64/XVI/1.ª (CH) — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, promovendo uma maior justiça fiscal.

N.º 65/XVI/1.ª (IL) — Reduzir o IRS: valorizar o trabalho e libertar a nossa economia.

N.º 66/XVI/1.ª (BE) — Altera as deduções específicas do IRS.

N.º 67/XVI/1.ª (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis.

N.º 68/XVI/1.ª (PCP) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

N.º 69/XVI/1.ª (L) — *Mais progressividade e justiça fiscal no IRS.*

N.º 70/XVI/1.ª (PS) — *Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.*

N.º 71/XVI/1.ª (BE) — *Alarga o período da época balnear e da vigilância e salvamento nas praias (terceira alteração do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, Regime de Identificação, Gestão, Monitorização e Classificação da Qualidade das Águas Balneares).*

N.º 72/XVI/1.ª (PS) — *Elimina as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do Interior (ex-SCUT) ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança.*

Projeto de Resolução n.º 52/XVI/1.ª (BE):

Recomenda a valorização salarial e do estatuto dos nadadores-salvadores e a dinamização de um dispositivo permanente e sazonal de nadadores-salvadores.

DAR — II SÉRIE-A — N.º 16 (2024.04.24)

SUMÁRIO

Resolução: (a)

Deslocação do Presidente da República à Suíça.

Projetos de Lei (n.ºs 51 e 73/XVI/1.ª):

N.º 51/XVI/1.ª (PAN) — *Aprova um programa de emergência fiscal, que garante uma atualização intercalar dos escalões de IRS e o alargamento do regime do IRS Jovem.*

— *Alteração do título e texto inicial do projeto de lei. (*)*

N.º 73/XVI/1.ª (BE) — *Promoção da igualdade remuneratória de género (revisão da Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto).*

Projetos de Resolução (n.ºs 53 a 55/XVI/1.ª):

N.º 53/XVI/1.ª (PAN) — *Recomenda ao Governo que tome medidas de promoção de literacia jurídica na área do direito do ambiente.*

N.º 54/XVI/1.ª (PCP) — *Recomenda ao Governo que conclua a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais.*

N.º 55/XVI/1.ª (PAR) — *Deslocação do Presidente da República a Itália:*

— *Texto do projeto de resolução e mensagem do Presidente da República.*

(a) *Publicada em Suplemento.*

(*) *O título e o texto iniciais da iniciativa foram publicados no DAR II Série-A n.º 10 (2024.04.15) e substituídos a 24 de abril de 2024.*

DAR — II SÉRIE-A — N.º 16 — Suplemento (2024.04.24)

SUMÁRIO

Resolução:

Deslocação do Presidente da República à Suíça.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 82 a 84/XVI/1.ª):

N.º 82/XVI/1.ª (PCP) — Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (sétima alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho).

N.º 83/XVI/1.ª (PCP) — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

N.º 84/XVI/1.ª (PCP) — Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1 % do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.

Projetos de Resolução (n.ºs 65 e 66/XVI/1.ª):

N.º 65/XVI/1.ª (PSD) — Criação de grupo de trabalho para revisão do subsídio social de mobilidade garantindo a manutenção dos direitos consagrados dos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

N.º 66/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que isente de forma temporária as portagens nas autoestradas alternativas ao IC2 na localidade de Serém, Macinhata do Vouga, Águeda.

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 85 e 86/XVI/1.ª):

N.º 85/XVI/1.ª (PAN) — Aprova o regime de faltas justificadas ao trabalho por motivo de morte ou assistência a animal de companhia.

N.º 86/XVI/1.ª (PAN) — Consagra o direito de dispensa ao serviço no dia de aniversário e possibilita o gozo dos feriados obrigatórios em dia distinto daquele em que recaiam, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Projetos de Resolução (n.ºs 55 e 67/XVI/1.ª):

N.º 55/XVI/1.ª (Deslocação do Presidente da República a Itália):

— Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

N.º 67/XVI/1.ª (PAN) — Medidas para um mercado de trabalho mais preparado e qualificado para fazer face aos desafios da transição para uma economia verde.

SUMÁRIO

Resolução:

Deslocação do Presidente da República a Itália.